

Sociólogos «interditados» de ensinar Sociologia*

«Desde que haja uma escola com a disciplina de Sociologia, o mais provável é não ser um licenciado nessa área a dar a disciplina.» Esta afirmação de Conceição Antunes, formada em Política Social e professora de Introdução à Actividade Económica (9.º ano), resume bem a situação dos licenciados em Sociologia no Ensino Secundário. Por outro lado, levanta algumas questões quanto à forma como o mesmo está estruturado.

O crescimento da Sociologia no Ensino Superior não foi acompanhado de uma avaliação curricular adequada. Assim, os sociólogos não são considerados potenciais candidatos para leccionar matérias afins no Preparatório e Secundário.

Analisando o despacho normativo 32/84 verifica-se que no Ensino Preparatório as licenciaturas em ciências sociais concorrem no 1.º grupo — Português e Estudos Sociais/História, 2.º escalão. No Ensino Secundário, estes candidatam-se ao 7.º grupo A — História, 2.º escalão, mas com habilitação suficiente. À partida, poderá pensar-se que o problema de colocação no Preparatório não assume tanta importância. No entanto, com os licenciados em História a candidatarem-se no 1.º escalão, sendo que há excesso de formados neste curso, a sociologia não tem qualquer hipótese.

A estrutura curricular no Secundário só é mais grave porque havendo uma disciplina de opção que é Sociologia, no 10.º e 11.º anos, não são sociólogos a leccioná-la. Por outro lado, concorrem, no 7.º grupo, profissionais com formação muito diferente «aptos» a ensinar uma grande variedade de matérias. Para além de que os licenciados em sociologia estão em desvantagem (existem bacharéis no 3.º escalão). Claro que os recém-formados não conseguem colocação no ensino oficial não superior. De salientar, que a licenciatura em Sociologia fazia parte do 1.º escalão, do mesmo grupo, no anterior despacho normativo. Daí que os sociólogos que encontrámos integrados na carreira docente tenham iniciado a sua actividade há mais de seis anos.

O quadro seguinte ilustra o que acabámos de descrever. Estes dados foram analisados por um grupo de trabalho da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses (APSP), a partir das listas de ordenação e colocação, publicados respectivamente no Diário da República II Série, n.º 120, de 26 de Maio de 1986, e n.º 197, de 28 de Agosto de 1987.

* Secção organizada por Céu Neves.

QUADRO 1

SITUAÇÃO	ESCALÃO	INSCRITOS	COLOCADOS	%
1 ou 2	1	416	300	71,1
	2	64	50	78,1
	3	88	42	47,7
	4	25	13	52,0
	5	2	3	100,0
		596	408	
3	1	122	53	43,4
	2	125	59	47,2
	3	17	3	5,9
	4	37	10	27,0
		301	125	
4	1	223	0	0
	2	483	0	0
	3	73	0	0
	4	92	0	0
		871	0	0
		1768	533	30,1

— Não foram colocados indivíduos no 4.º escalão, ou seja, licenciados em ciências sociais.

Com efeito, casos como a Escola Secundária Vitorino Nemésio são uma excepção. A escola, teve, durante sete anos sociólogos a leccionar a disciplina de Sociologia. Tal situação ficou a dever-se a uma interpretação errada da lei, que permitiu ao Conselho Directivo colocar esta cadeira em Técnicas Especiais. A escolha dos professores deste grupo é feita pelo próprio Conselho Directivo. Os critérios para a selecção foram, evidentemente, de carácter pedagógico. É óbvio que um docente estará melhor habilitado a ensinar matérias da sua área.

Desfeito o engano — a sociologia não faz parte das Técnicas Especiais —, a escola viu-se obrigada a prescindir dos sociólogos.

No presente ano lectivo, os dois horários existentes desta disciplina foram distribuídos a licenciados em Direito.

7.º Grupo: um grupo a (re)organizar

Qualquer trabalho sobre a situação da sociologia no Ensino Secundário terá de reflectir, também, sobre a forma como o 7.º grupo está estruturado. Em termos pedagógicos, esse é de facto o problema principal.

Elaborámos um quadro que nos mostra as licenciaturas e bacharelatos englobadas neste grupo, e os respectivos escalões, com habilitações próprias.

QUADRO 2

1.º ESCALÃO	2.º ESCALÃO	3.º ESCALÃO	4.º ESCALÃO
LICENCIATURAS	LICENCIATURAS	BACHARELATOS	LICENCIATURAS
<ul style="list-style-type: none"> • Administração e Gestão de Empresas • C. Económicas e Financeiras • Desenvolvimento Económico • Economia • Gestão • Gestão de Empresas • Org. e Gestão de Empresas 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Pública, Regional e Local • Direito • Engenharia Informática • Relações Internacionais — Ramo Político-Económicas • Gestão e Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração e Contabilidade • Contabilidade e Administração • Economia • Organização e Gestão de Empresas <p style="text-align: center;">CURSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Administração Militar • Administração Naval 	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas • Ciências Sociais e Políticas • Sociologia

Os indivíduos com mais hipótese de colocação são da área de Economia, Gestão e Direito, concedendo-lhes o Ministério a possibilidade de leccionarem um leque de 17 disciplinas. Os programas abrangem áreas tão diversas como sociologia, direito, economia, política, relações públicas, estatística, noções de fiscalidade, administração pública, documentação e legislação comercial, etc.

Aos professores, em especial aos provisórios, é-lhes exigida uma grande versatilidade. Estes vêem-se na obrigação de, não só ensinar temas para os quais não foram preparados nem estão vocacionados, como ministrar, no mesmo ano, quatro e cinco níveis de ensino, ou seja, quatro e cinco programas diferentes. A fórmula é «salve-se quem puder», cabendo inteiramente ao professor o risco do bom ou mau êxito da sua profissão e o sucesso ou insucesso dos seus alunos.

Para solucionar o problema há quem entenda que o grupo seja dividido em subgrupos de acordo com as áreas científicas de estudo. Outros propõem uma reestruturação total das habilitações dos docentes do Ensino Preparatório e Secundário. Há ainda quem saliente que, com a reforma curricular do Ensino Básico e Secundário, tudo irá ser alterado, não havendo, portanto, razões para preocupação. Mas, à pergunta: «Está a haver um trabalho conjunto da equipa que coordena a reforma educativa e do sector que estuda as habilitações dos professores para que

não existam desajustamentos no futuro?», respondem que essa adequação é prematura, uma vez que as propostas de reforma ainda não foram aprovadas.

A proposta de reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário elaborada pela comissão Fraústo da Silva, Roberto Carneiro, Manuel Tavares Emídio e Eduardo Marçal Grilo, introduz a Sociologia no 12.º ano. É, assim, reconhecido o papel importante desta área ao colocá-la como disciplina de Formação Específica (obrigatória) na Área de Estudos Económicos-Sociais, e como opção na variante de Estudos Jurídicos, Históricos e Filosóficos, na Área de Estudos Humanísticos.

Perante o panorama, é legítima a expectativa quanto ao conhecimento de quem serão os licenciados habilitados, segundo o Ministério, a dar esta nova disciplina do 12.º ano. Como serão revistos os critérios? Irão assentar em questões pedagógicas ou terão a ver com posições de força de algumas licenciaturas?

É evidente que a resolução do problema não passa apenas pelo Ministério, mas também pelas instituições ligadas à Sociologia e pelos próprios sociólogos. Da nossa parte fica uma breve análise da situação e o registo das opiniões de alguns actores privilegiados do assunto em causa.

Conceição Antunes, licenciada em Política Social, em 1976, a leccionar desde 1975 (começou por Francês). Fez o estágio no ano lectivo de 1987/88, em Grândola, ensinou Noções de Administração Pública, Direito, Relações Públicas, Sociologia e várias disciplinas de Economia. Presentemente está na Escola Secundária de Póvoa de Santo Adrião, onde optou por dar Introdução à Actividade Económica (9.º ano), porque lhe permite ter um horário apenas com um nível.

«De facto, só com uma grande força de vontade é que se consegue fazer as coisas bem. Apesar de eu ter alguma vantagem sobre os recém-licenciados em Sociologia. Sou da primeira vaga e fiz o curso de Política Social no Instituto de Estudos Sociais. O meu curso tinha uma base de sociologia e componentes de economia e direito. Todavia, tive de dar uma grande variedade de disciplinas, o que foi muito difícil.

»Em relação aos colegas do 7.º grupo, e devido à diversidade de áreas, pode haver reuniões, mas não há uma interajuda, porque cada um está a ensinar matérias diferentes. Cada um governa-se. O apoio do Ministério nunca existiu. Toda a preparação que fiz foi à minha custa, de tempo e dinheiro. Fiz um curso de métodos e técnicas pedagógicas por minha iniciativa. Em relação à estabilização no Ensino, o problema nem sequer é só da Sociologia. Todo o 7.º grupo tem dificuldades. As disciplinas deste grupo são quase todas dos complementares e há poucas horas lectivas. Existe uma série de disciplinas apenas com duas horas semanais. Só depois de 10 anos de ensino é que consegui a profissionalização. A única vantagem que eu tirei de estar há tanto tempo na carreira docente foi poder escolher horários e foi assim que, de vez em quando, pude dar Sociologia. Leccionei Sociologia durante cinco anos, alternados.

»Claro que me senti muito mais à vontade quando dei Sociologia. Também para os alunos é melhor. É muito positiva a minha experiência como professora de Sociologia. Os alunos, sobretudo os do 11.º ano, aderem com facilidade. A Sociologia ajuda-os a situarem-se no meio social.»

Luís Manata, presidente da Associação Profissional de Sociólogos Portugueses (APSP) e professor na Escola da Polícia Judiciária. A associação pretende tornar a profissão de sociólogo reconhecida e o problema do ensino secundário foi o ponto de partida.

«Nós fizemos um estudo, em 1987, da situação do sociólogo na carreira docente não universitária. De acordo com os resultados apresentámos duas posições: uma em que se defendia que a Sociologia devia voltar ao 1.º escalão; outra previa a divisão do 7.º grupo. A proposta foi entregue, pessoalmente, ao secretário de Estado do Ensino Superior e, em carta, ao Ministério da Educação. Até hoje não obtivemos resposta.

»O grupo de trabalho dessa proposta preocupou-se, essencialmente, com a resolução do problema a curto prazo e não se criou uma dinâmica que fosse de interrogação da própria análise curricular e da forma como o ensino está a ser dado. Há falta de preparação pedagógica.

»O facto de não se ter feito mais nada depois dessa altura tem a ver com um pouco de cansaço das pessoas. Centrámos todos os nossos esforços na realização do Congresso de Sociologia. A nossa associação esteve parada durante uns meses porque tivemos problemas de organização interna.

»Reconhecemos que temos alguma responsabilidade por a questão dos sociólogos no secundário não ter evoluído. Perdemos alguma força dentro do Ministério. Uma outra razão tem a ver com o mercado de trabalho dos sociólogos. Hoje já não é o Ensino, Preparatório e Secundário, a absorver os sociólogos existentes. A maioria dos licenciados está no Ensino Superior, na formação profissional, recursos humanos, câmaras e investigação. Na minha opinião há duas questões fundamentais. Por um lado, a resolução do problema da profissionalização dos sociólogos. Por outro lado, há um questão, que até pode ser contrária a esta, que é a melhoria da qualidade pedagógica do ensino. Para se resolverem os problemas profissionais de uma determinada classe, não podemos consentir que as pessoas leccionem matérias para as quais não estão preparadas, só para conseguir um emprego. A questão fundamental é o reconhecimento de uma individualização concreta de áreas de ciências sociais no Ensino Secundário. Com isso a questão profissional fica resolvida. Se o reconhecimento das ciências sociais já foi feito, é importante que isso seja institucionalizado. A Sociologia é muito importante para a formação dos indivíduos. Quem tem a capacidade de transmitir esses conhecimentos são as pessoas habilitadas cientificamente.»

Luís Milhamo, estudante de Sociologia, da Associação de Estudantes da Universidade Nova de Lisboa.

«Não temos nenhum conhecimento sobre essa situação. Nem os alunos de Sociologia têm conhecimento, pelo menos nunca se manifestaram

junto da Associação. Não têm vindo a queixar-se, e esse tipo de problemas deve partir deles.»

Vitor Cavaco, estudante do 2.º ano de Sociologia, coordenador da Secção Cultural e Informativa, da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

«A ideia que nós temos do assunto é ao nível pessoal e tem a ver com a nossa vida de estudantes. Saímos há pouco tempo do Secundário e sabemos como é. A situação é má e isso tem a ver com o facto de não serem os próprios sociólogos a dar Sociologia. Por exemplo, eu não gostei da matéria que me foi ensinada, o meu professor era formado em Filosofia. Os autores em Sociologia são abordados, mas de uma forma negativa.

»Os alunos do ISCTE não nos têm falado no problema, mas isso tem a ver com a pouca participação de uma forma geral. Estamos a pensar realizar uma acção a nível nacional, contactando todas as escolas que ensinem Sociologia. Vamos desenvolver todo um conjunto de acções que possam publicitar este problema. Isto coordenado com o envio de artigos para os jornais.

»Será uma campanha de sensibilização como forma de criar grupos de pressão junto do Ministério.

»Se a acção de conjunto não resultar, o ISCTE vai tomar a dianteira neste processo; nós e outros organismos do Instituto que estamos a contactar. Queremos marcar, também, uma entrevista com o Ministro da Educação.»

Aníbal Vicente, licenciado em Sociologia, em 1980. Fez o estágio com as disciplinas de Direito e Economia e prefere leccionar Direito. Pertence à Associação de Professores de Ciências Económicas e Sociais. A Associação existe desde 29 de Outubro de 1988 e o seu aparecimento resulta dos problemas levantados ao 6.º e 7.º grupo pela implementação da reforma do sistema educativo no ensino pré-universitário. Com esta, o grupo perderia tempos lectivos e, por conseguinte, diminuiria ainda mais o peso das disciplinas económicas e sociais no ensino secundário.

«A nossa preocupação prioritária é que o grupo disciplinar se mantenha. Em princípio, ninguém concorda com a situação da Sociologia, mas o problema não é assim tão linear. Por exemplo, qual é a situação da disciplina de Direito? Numa escola é capaz de haver só duas ou três turmas com essa disciplina e isso não pode preencher um horário completo.

»O nosso principal objectivo é a defesa dos interesses profissionais e pedagógicos do 6.º e 7.º grupo. Em primeiro lugar, queremos saber como vai ser feita a distribuição das disciplinas pelos grupos e o seu encadeamento lógico nos currículos do Ensino Secundário. Em segundo lugar, pretendemos que os programas não apareçam como um facto consumado, mas que sejam discutidos. Em terceiro lugar, iremos avaliar os graus académicos requeridos para os currículos das disciplinas do grupo. Só depois de ser aprovado o novo currículo é que nos vamos debruçar sobre isto. O problema da Sociologia vai ser ventilado de uma maneira informal. De facto, não nos parece lógico que havendo disciplinas de pendor sociológico, os licenciados em Sociologia estejam no 4.º escalão. Contu-

do posso dizer que a organização no grupo vai ser profundamente reformulada. Até se prevê que os escalões desapareçam.

»A nossa proposta não é o desmembramento do grupo, mas que os licenciados tenham, à partida, a mesma possibilidade de acesso ao ensino e à profissionalização. O que não deve acontecer é que se privilegiem grupos com maior capacidade de influenciar as decisões do poder.

»Por exemplo, o caso da disciplina de Desenvolvimento Económico e Social (12.º ano) a ser criado pelo segundo 'Documento Fraústo' em que se prevê, segundo informações de elementos ligados à Secretaria de Estado da Reforma Educativa, o desdobramento da disciplina pelos professores de Economia e Geografia.»

Cândida Hespanha, chefe de Divisão da Formação Pedagógica do Ministério da Educação.

«Estamos num processo de contracção de escalões em Economia, porque não é um grupo carenciado (grupos não carenciados: 7.º, 10.º A e 10.º B). Havia, no entanto, uma preocupação de atender à saída de diplomados com determinadas licenciaturas. Só que a proximidade da reforma do sistema educativo tem levado a uma fase de espera. Desde 1984 que não se faz nenhuma alteração. Não sei por que é que a Sociologia passou do 1.º para o 4.º escalão. Deve ter havido uma nova análise curricular dos cursos.

»Isso também depende muito do mercado de trabalho, talvez os economistas tivessem, nessa altura, um mercado de trabalho fora do ensino.

»O problema da Sociologia é relativo. As componentes mais presentes no 7.º grupo são o Direito, Administração e Economia, e aí a Sociologia está em desvantagem. Tem tentado minorar-se esse impacte da desadequação das matérias científicas através da formação contínua. O que eu tenho verificado é que a maior parte das pessoas do 7.º grupo tiveram acções e estágio pedagógico que os habilitam a leccionar disciplinas do grupo de que fazem parte.

»Temos, neste departamento, representantes do 7.º grupo que sabem suficientemente bem que o seu grupo é composto por uma série de professores com licenciaturas muito diversificadas. Terá de fazer-se uma redefinição dos grupos disciplinares.

»O problema não é só nosso. A universidade quando estabelece os currículos não está a pensar que os seus produtos são para o ensino. E depois exige-se que o ensino receba as pessoas que a Universidade produz. Por isso é que é importante que apareçam cursos mais adequados ao ensino.

»Não há contacto com a equipa que está à frente da reforma educativa. Só quando estiver aprovado o novo sistema é que podemos desencadear o processo das habilitações. Nessa altura, esta direcção, segundo a sua competência, encetará contactos nesse sentido. Dentro da nossa possibilidade faremos um apelo a todos os que têm poder de decisão para se verificar o posicionamento das várias licenciaturas em presença. Mas, quem somos nós? O nosso poder é apenas informativo e de análise dos currículos.»

Isabel Vitorino, licenciada em Economia, tem 10 anos de ensino e fez o estágio o ano passado. Entre disciplinas como Economia, Direito, Relações Públicas e Administração Pública, este é o terceiro ano em que está a dar Sociologia. É professora na Escola Secundária de Benfica.

«Quando dei pela primeira vez Sociologia, era o meu terceiro ano de ensino e deram-me um horário que tinha cinco níveis, entre os quais essa disciplina. O Ministério não deu curso nenhum de formação. Na altura, o único apoio que tive foi o de uma colega minha de Economia e que, entretanto, tinha tirado Sociologia. Foi muito difícil. Tive de ler muita coisa e ia estudando paralelamente com os alunos. Levava uma aula de avanço. Eu sei que não é esta a posição do 7.º grupo, mas apesar de tudo isto ser ciências sociais, deveria haver uma outra divisão. Eu sei que a maioria das pessoas não concorda com isto, porque há grupos que ficariam fora da carroça.

»Tive mais dificuldades em dar Direito que Sociologia. Fiz uma cadeira semestral (não me lembro se era de opção) de Sociologia.

»No entanto, tudo isto é um contra-senso. Por exemplo, o ano passado, eu que era de Economia estava a leccionar Direito e um colega meu de Direito estava a ensinar Economia a técnicos especiais.»

Madalena Biscaia, licenciada em Filosofia, presidente do conselho directivo da Escola Secundária Vitorino Nemésio.

«A minha posição é igual à dos outros Conselho Directivos. Estranhámos que a licenciatura em Sociologia não dê para leccionar Sociologia. Conheci três sociólogos. Pessoas que passaram por aqui e que fizeram um trabalho considerado bastante bom. Eu não aposto que o trabalho das pessoas que hoje estão a dar Sociologia seja do mesmo tipo, como é evidente.

»As pessoas do 7.º grupo (Direito, Economia e Gestão) podem dar Sociologia e não estão vocacionados para isso. Teoricamente rejeitam essa situação, mas na prática têm de aceitar. As pessoas entraram para o 7.º grupo, com um horário só de Sociologia e o grupo não pode fazer nada. Inclusive a delegada disse que não se sentia apta a ensinar Sociologia. Mesmo que pedagogicamente esteja errado não podemos fazer nada.

»Até os serviços de colocações anunciarem que já não têm professores para colocar, os Conselhos Directivos estão dependentes do Ministério. Não podemos colocar ninguém, mesmo que a nível pedagógico seja o incorrecto.»